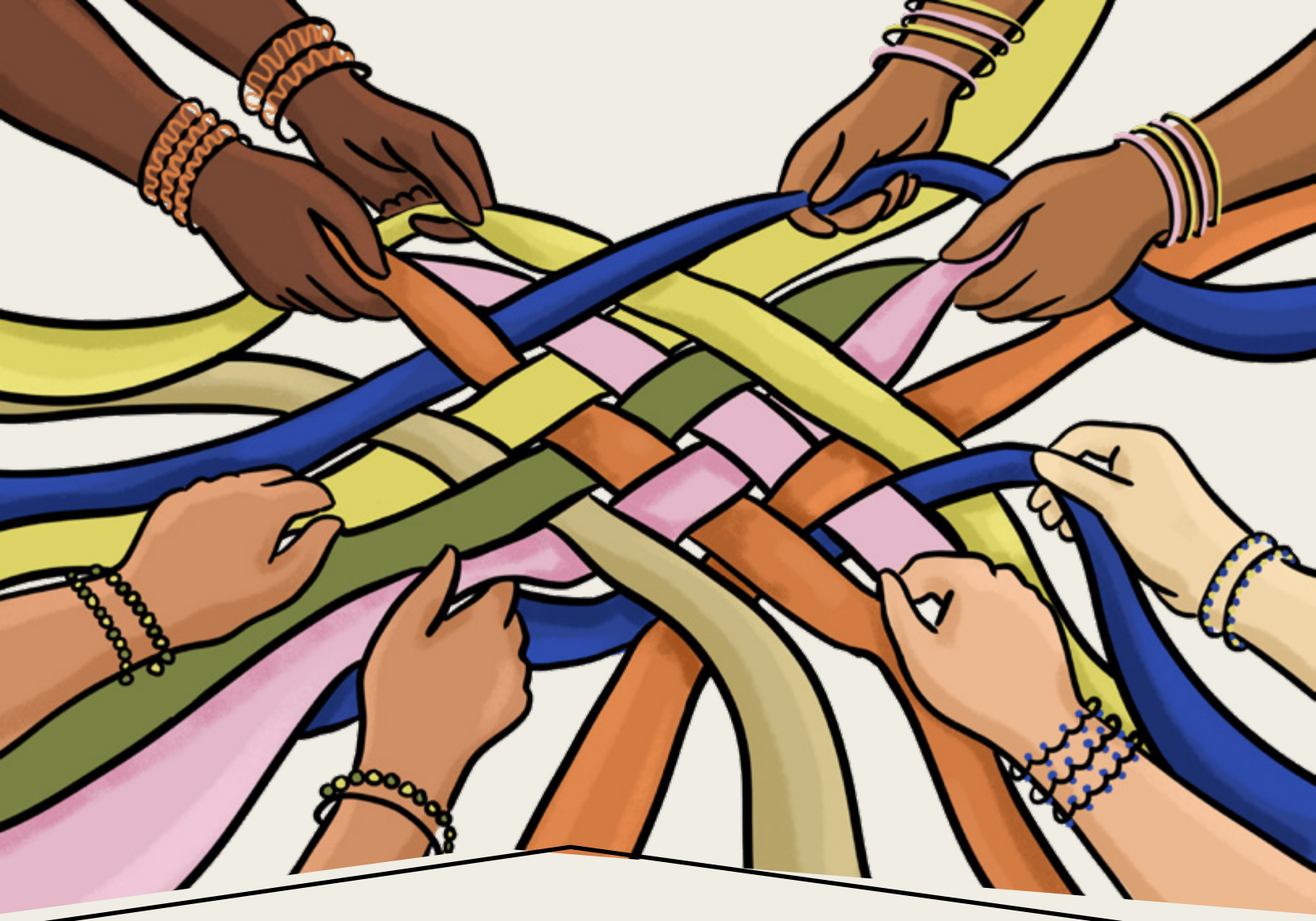


COFEM

Ficha técnica 3

Promover a incidência política estratégica sobre o acesso à justiça em contextos restritivos

Um guia prático para organizações de direitos das mulheres e organizações aliadas

Ficha técnica 3

Promover a incidência política estratégica sobre o acesso à justiça em contextos restritivos

Introdução

Nos termos do direito internacional dos direitos humanos, os Estados têm a obrigação de garantir o acesso à justiça às sobreviventes da violência contra as mulheres e meninas, conforme estabelecido em diversos marcos normativos, entre eles os do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (por exemplo, as Recomendações Gerais nº 33 e nº 35), do Comitê de Direitos Humanos, do Comitê contra a Tortura (CAT) e do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD). Embora **80%** dos Estados tenham adotado um amplo conjunto de legislações voltadas à eliminação da violência contra as mulheres e meninas (EVAWG[1]), sua implementação permanece desigual[2]. Apenas **40%** dos Estados-Membros oferecem capacitação ao setor da justiça, **22%** disponibilizam medidas de assistência jurídica e menos da metade presta serviços de apoio psicossocial às sobreviventes.[3]

As organizações feministas desempenham um papel fundamental na promoção de reformas voltadas ao acesso à justiça para reduzir essas lacunas, especialmente em contextos cada vez mais restritivos. O contexto atual da incidência política é marcado pelo agravamento de uma policrise. Em todo o mundo, mulheres e pessoas com diversidade de gênero enfrentam uma crescente reação contrária à igualdade de gênero. A redução do financiamento frequentemente não alcança as organizações que prestam serviços na linha de frente. Os danos digitais e a violência facilitada pela tecnologia aumentam em níveis sem precedentes[4]. Essas pressões ocorrem paralelamente ao fortalecimento do autoritarismo e à crescente instabilidade política, que continuam restringindo os direitos, a participação e a liberdade de atuação da sociedade civil. Além disso, os conflitos prolongados constituem um obstáculo adicional ao acesso oportuno e sustentável à justiça.

Esta ficha técnica apresenta ferramentas práticas para que organizações feministas e organizações de direitos das mulheres (ODM) tomem decisões estratégicas de incidência política a fim de fortalecer o acesso das sobreviventes à justiça em contextos politicamente e economicamente restritivos.

1. Como e quando devemos atuar? Mapeando sua estratégia de incidência política para fortalecer o acesso das sobreviventes à justiça

A incidência política estratégica exige a escolha de táticas compatíveis com o poder de influência da organização, capazes de responder ao contexto político e às oportunidades existentes, bem como complementar os esforços já desenvolvidos por parceiros e aliados e considerar o nível de risco que a organização está disposta e apta a assumir.

Defender, fortalecer ou transformar: qual é o objetivo da sua incidência política?

As organizações de direitos das mulheres frequentemente precisam decidir entre buscar mudanças estruturais ou avanços graduais. De modo geral, é possível distinguir três níveis de objetivos de incidência política:



Defender as conquistas

Consiste em impedir retrocessos e proteger os avanços conquistados pelos movimentos feministas. Isso pode incluir, por exemplo, contestar cortes orçamentários em serviços essenciais destinados às sobreviventes ou preservar tribunais especializados em violência baseada em gênero e delegacias especializadas.



Fortalecer e ampliar

Refere-se ao aprimoramento de iniciativas, legislações, orçamentos e mecanismos de prestação de serviços já existentes, por exemplo, por meio da introdução de protocolos judiciais sensíveis ao trauma ou da redução dos prazos para a concessão de medidas protetivas. Isso pode envolver a formação de uma coalizão para dialogar com as pessoas responsáveis pela formulação de políticas públicas, a fim de assegurar que os governos cumpram os compromissos assumidos no âmbito do Plano de Ação Nacional (PAN).



Promover mudanças transformadoras

Envolve transformar sistemas, redistribuir poder e modificar normas sociais. Pode incluir ações como capacitar profissionais do sistema de justiça para enfrentar estereótipos prejudiciais de gênero, ou promover mecanismos administrativos de justiça e serviços de mediação independentes, responsáveis e sujeitos à prestação de contas.[5]

OPÇÃO POR NÃO ATUAR

Você pode reconsiderar a continuidade da sua estratégia de incidência política se:

- Os riscos afetarem de forma desproporcional as sobreviventes, as ativistas e/ou a equipe da sua organização.
- Sua organização já estiver sobrecarregada.
- Outras organizações já estiverem atuando na questão e houver oportunidades de colaboração.
- A questão tiver caráter predominantemente simbólico, mas exigir recursos significativos.
- Sua organização contar com apoio limitado de redes e articulações.

EXEMPLO DE PAÍS

Acesso à justiça por meio da transformação das normas sociais na Colômbia

Na Colômbia, normas patriarcais de gênero reproduzidas por agentes do sistema de justiça comprometem, na prática, a implementação da legislação sobre violência baseada em gênero (VBG), por meio de práticas como a revitimização, o desconhecimento dos direitos das sobreviventes e a violência institucional contra advogadas. Organizações feministas, como a Sisma Mujer, optaram por transformar essas normas por meio de quatro estratégias: litigância estratégica abrangente em diferentes instâncias do sistema de justiça; ações de incidência política e comunicação para dar visibilidade aos casos judiciais e fortalecer o reconhecimento público dos direitos das sobreviventes; capacitação de profissionais do sistema de justiça e das forças policiais para enfrentar preconceitos de gênero e mitos relacionados à violência baseada em gênero; e estabelecimento de alianças com organizações feministas e LGBTQIAPN+ nos âmbitos nacional e internacional. A litigância conduzida pela Sisma Mujer em casos de violência doméstica resultou em decisões judiciais que obrigam os operadores do sistema de justiça a "reconhecer a gravidade da violência doméstica, incluindo, por exemplo, o risco de feminicídio, e adotar uma abordagem interseccional". O assédio sexual, anteriormente tratado por agentes públicos como uma infração de menor relevância que não justificava a destinação de recursos estatais, passou a ser classificado como crime sexual. As sobreviventes que receberam acompanhamento jurídico passaram a reconhecer seu direito de acesso à justiça e "identificaram práticas de violência institucional e incentivaram outras mulheres a denunciar casos de violência baseada em gênero", contribuindo para transformar as normas tanto entre as sobreviventes quanto nas próprias instituições.[6]

Um marco prático para a tomada de decisões

Após definir o(s) objetivo(s) da sua incidência política, considere o impacto potencial, as oportunidades políticas, as dinâmicas de poder e influência, os riscos envolvidos e a capacidade existente em sua organização ou movimento. Avalie os riscos e as oportunidades associados ao foco da sua incidência política respondendo às perguntas apresentadas a seguir.

Por exemplo, um tema com alto impacto + alta oportunidade + risco médio pode constituir uma forte prioridade para sua estratégia de incidência política. Por outro lado, se um tema apresentar alto impacto + alto risco + baixa capacidade de influência, talvez seja necessário reconsiderar seu foco de atuação. Utilize a Ferramenta de Reflexão Coletiva, apresentada a seguir, ao avaliar diferentes estratégias de incidência política. Essa ferramenta pode ser utilizada em uma sessão participativa de equipe, com duração de 60 a 90 minutos, iniciando com uma reflexão individual sobre cada uma das categorias e, em seguida, construindo uma análise compartilhada do grupo.

Ritmo da incidência política

Em um contexto marcado por fluxo incessante de informações, notícias e comunicações, muitas vezes sentimos a necessidade de responder imediatamente às injustiças que presenciamos. No entanto, a paciência estratégica refere-se à capacidade de fazer uma pausa e refletir, sem ceder à pressão por respostas imediatas. Em alguns casos, a decisão mais estratégica pode ser adiar uma ação pública de incidência política para, em vez disso, fortalecer alianças, reunir mais evidências ou promover mudanças nas narrativas de forma discreta.

CRITÉRIO	PERGUNTAS ORIENTADORAS
Impacto	Se tivermos êxito, de que forma a vida das sobreviventes melhorará concretamente? Essa iniciativa permitirá que as sobreviventes denunciem a violência com mais segurança? Contribuirá para reduzir as barreiras financeiras ou processuais de acesso à justiça? Aumentará a prestação de contas dos prestadores de serviços? Essa iniciativa enfrenta as causas estruturais ou apenas os sintomas da violência contra as mulheres e meninas? Quem será beneficiado e quem poderá ser excluído ou sofrer impactos negativos? Em uma escala de 1 a 5, quão transformadora seria essa conquista?
Oportunidade política	Existe uma janela de oportunidade política (ciclo orçamentário, reforma do sistema de justiça, sessão legislativa etc.)? Algum caso ou acontecimento recente criou um contexto favorável para essa pauta? Existe apoio ou preocupação da opinião pública em relação a essa questão? O contexto político atual é favorável, disputado ou hostil? O que mudou entre os últimos seis e doze meses que torna este momento diferente?
Poder e influência	Quem tem autoridade para tomar a decisão? O que motiva essas pessoas (votos, reputação, estabilidade etc.)? Quais pontos de pressão podem ser mobilizados? Temos acesso, aliados ou outras formas de exercer influência? **Considere mapear os diferentes pontos de poder e influência:** poder formal (autoridade legal) poder informal (influência política) poder narrativo (mídia) poder financeiro (doadores)
Risco	Que tipos de reação adversa podem ocorrer? Quem poderá ser mais afetado? Se um membro da equipe for alvo de ataques públicos amanhã, temos um plano de resposta? Existe risco de retaliação judicial?
Capacidade	Dispomos de medidas de segurança, proteção jurídica e segurança digital suficientes para enfrentar esses riscos? Contamos com recursos humanos e financeiros adequados? Já mantemos relações com instituições do sistema de justiça, prestadores de serviços de atendimento e outras partes interessadas responsáveis por assegurar às sobreviventes o acesso oportuno à justiça?

FERRAMENTA DE REFLEXÃO COLETIVA

TEMA	CLASSIFICAÇÃO[7]	OBSERVAÇÕES
Impacto	ALTA MÉDIA BAIXA	
Oportunidade política	ALTA MÉDIA BAIXA	
Poder e influência	ALTA MÉDIA BAIXA	
Risco	ALTA MÉDIA BAIXA	
Capacidade	ALTA MÉDIA BAIXA	

2. Elaborando sua estratégia narrativa e seu plano de comunicação

O poder das narrativas — ou seja, a capacidade de influenciar o enquadramento e a compreensão das questões — é um elemento fundamental das estratégias de incidência política. O acesso à justiça é determinado não apenas pelas normas jurídicas formais, mas também pela forma como a sociedade percebe a violência, as sobreviventes e a prestação de contas. Essas percepções influenciam quais formas de violência contra as mulheres e meninas são reconhecidas e levadas a sério, se é que chegam a sê-lo. Elas também afetam a maneira como os casos são denunciados, investigados e conduzidos, de modo que a resposta do sistema de justiça é mediada por julgamentos sociais sobre credibilidade e legitimidade, em vez da aplicação imparcial da legislação. Diante das estratégias narrativas cuidadosamente empregadas pelos movimentos antigênero, as organizações de direitos das mulheres precisam atuar com o mesmo nível de intencionalidade e estratégia. Antes de elaborar sua estratégia narrativa, avalie o contexto atual:

1

Quem está moldando a narrativa sobre a violência contra as mulheres e meninas e o acesso à justiça? (Por exemplo, meios de comunicação estatais, atores antigênero, jornalistas ou plataformas lideradas por sobreviventes.)

2

Quais são os enquadramentos narrativos predominantes? (Por exemplo, questão pública versus questão privada; caso isolado versus fenômeno estrutural; culpabilização da vítima versus responsabilização do agressor.)

3

Quais enquadramentos narrativos estão sendo instrumentalizados? (Por exemplo, interferência estrangeira, imposição do Norte Global ou retórica em defesa da "família tradicional".)

4

Quem são seus públicos-alvo e no que eles acreditam? Considere:

- Pessoas responsáveis pela tomada de decisões que você precisa convencer
- Aliados que você precisa mobilizar
- A opinião pública, cujo apoio pode impulsionar a ação do Estado
- As sobreviventes, cujo bem-estar deve permanecer sempre no centro de todas as ações

Pesquisas demonstram que enquadramentos narrativos baseados em valores podem mobilizar os públicos de forma mais eficaz do que a simples apresentação de dados. Iniciar a comunicação pelos fatos parte do pressuposto de que as pessoas formam suas opiniões de maneira estritamente racional, quando, na realidade, elas interpretam as informações à luz de seus valores e dos enquadramentos narrativos que já possuem.[8] Para utilizar enquadramentos narrativos baseados em evidências:

Relacione a eliminação da violência contra as mulheres e meninas (EVAWG) e o acesso à justiça a valores compartilhados pelo público que se pretende alcançar, como segurança, dignidade e prestação de contas.

Nomeie explicitamente as falhas estruturais. As barreiras ao acesso à justiça não são incidentes isolados nem casos desconectados entre si, mas manifestações de falhas sistêmicas mais profundas que atravessam as instituições e os fluxos de prestação de serviços.

Antecipe as contranarrativas antes que elas ganhem espaço. Se a retórica "antifamília" for recorrente, ressignifique a ideia de proteção da família a partir de uma abordagem centrada nas sobreviventes, destacando valores como dignidade, segurança e prestação de contas. Se surgirem acusações de interferência estrangeira, comunique de forma clara o mandato da organização, suas parcerias e a justificativa para seu financiamento, de modo a antecipar interpretações distorcidas e neutralizar tentativas de deslegitimar seu trabalho.

Escolha cuidadosamente os porta-vozes e os canais de comunicação.

Mesmo o enquadramento narrativo mais cuidadosamente elaborado pode fracassar se for transmitido por um porta-voz sem credibilidade. Na Turquia, mulheres conservadoras e integrantes do partido governista tornaram-se porta-vozes influentes justamente por participarem de um debate pouco esperado sobre a violência contra as mulheres e meninas. Especialmente em contextos restritivos, alternar porta-vozes, preservar o anonimato ou adotar formas coletivas de representação pode contribuir para distribuir os riscos e reduzir a exposição de ativistas individuais. Da mesma forma, compreender tanto as possibilidades quanto as limitações dos diferentes canais de comunicação — desde espaços cívicos abertos (como a imprensa, as redes sociais e campanhas públicas) até redes mais fechadas (como comunidades religiosas ou redes da diáspora) — influencia o que pode ser dito, por quem e para quem.

3. Antecipando-se aos riscos e às reações adversas[9]

A incidência política não ocorre em um ambiente estático, mas em um contexto dinâmico e em constante transformação. Independentemente do quanto nos preparemos, nosso trabalho pela eliminação da violência contra as mulheres e meninas frequentemente enfrenta resistência por parte de atores políticos, movimentos antidireitos, meios de comunicação e da sociedade em geral.

A.Como identificar reações adversas[10]

As reações adversas podem assumir diferentes formas. No contexto da incidência política para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas, elas podem se manifestar por meio de:

O Manual para Defensoras dos Direitos Humanos das Mulheres da JASS inclui um exercício para elaborar um plano básico de proteção (pp. 92-99).

- Assédio on-line e divulgação maliciosa de dados pessoais (doxxing) — abusos direcionados, ameaças e disseminação de informações falsas.
- Desqualificação das sobreviventes — tentativas de desacreditar sobreviventes ou utilização de ações judiciais por difamação para intimidá-las.
- Campanhas de difamação — acusações de que a organização é "antifamília" ou atua como agente de interesses estrangeiros.
- Retaliação política — perda de acesso às pessoas responsáveis pela tomada de decisões ou exclusão de espaços de consulta e participação.
- Pressão financeira — retirada de apoio por parte de doadores ou condenação de posicionamentos considerados controversos[11]



B. Como podemos nos preparar para as reações adversas

I. Proteção baseada nos movimentos:

Quando a incidência política é conduzida de forma coletiva por grupos aliados ou diretamente afetados, as reações adversas encontram menos alvos individuais.

- Construção de coalizões e movimentos feministas como estratégia — Os riscos devem ser compartilhados entre os integrantes de uma coalizão que reconheça tanto o poder quanto as vulnerabilidades de seus membros.
- Quando organizações maiores e mais institucionalizadas amplificam as reivindicações, os grupos menores ficam menos expostos.
- Essas abordagens fundamentadas na ação coletiva podem incluir declarações conjuntas, ações coordenadas com a imprensa ou o revezamento de porta-vozes.

II. Planejamento da segurança

Adote medidas para proteger as sobreviventes, a presença digital da sua organização e as pessoas que integram sua equipe.

- Elabore um plano de proteção que identifique e antecipe riscos potenciais, a fim de fortalecer a segurança e reduzir vulnerabilidades.
- Crie senhas seguras e habilite a autenticação em dois fatores.
- Monitore cuidadosamente a interação nas redes sociais.
- Desenvolva protocolos para responder a situações de abuso on-line.
- Defina em quais circunstâncias os incidentes devem ser denunciados e em quais podem ser ignorados.

III. Proteção das sobreviventes

Se a incidência política envolver o testemunho de sobreviventes, assegure que os processos de consentimento informado indiquem explicitamente os possíveis riscos de reações adversas.

- Explore alternativas, como depoimentos anônimos ou coletâneas de relatos.
- Prepare recursos e serviços de encaminhamento para compartilhar com as sobreviventes.
- Lembre reiteradamente às sobreviventes que elas podem retirar seu consentimento caso a situação se agrave.

Embora muitos modelos de consentimento tenham sido concebidos para fins de documentação ou de prestação de serviços, e não especificamente para atividades de incidência política, existem algumas ferramentas que podem ser adaptadas, tais como:

- O guia Contando histórias, promovendo mudanças, da Equality Now, aborda a documentação ética de depoimentos de sobreviventes de violência sexual e baseada em gênero (VSBG) para fins de incidência política, incluindo aspectos relacionados ao consentimento informado, à segurança digital e à autonomia das sobreviventes.
- As Diretrizes Internacionais para o Engajamento Ético com Sobreviventes de Violência Sexual e Baseada em Gênero, da Coalition for Just Reparations (C4JR), abordam diretamente os riscos de reações adversas e de retaliação em contextos de incidência política.

IV. Autocuidado e cuidado coletivo

As reações adversas têm impactos físicos e emocionais que podem levar ao esgotamento, ao medo e ao trauma secundário. Sustentar a incidência política também exige atenção deliberada ao cuidado e ao bem-estar.[12]

- Crie espaços para reflexão coletiva e momentos de avaliação após as atividades.
- Promova o revezamento de responsabilidades, especialmente nas funções de maior visibilidade ou que envolvam significativa carga emocional.
- Incentive o descanso, o movimento e momentos de celebração, inclusive o reconhecimento das pequenas conquistas.
- Disponibilize acesso a serviços de saúde mental e apoio psicossocial, quando necessário.

V. Monitoramento contínuo da escalada

Em alguns momentos, a situação política pode se agravar a ponto de ultrapassar a capacidade de resposta segura e eficaz de uma organização ou coalizão, exigindo adaptações estratégicas. Isso pode envolver redução da visibilidade, mudança de estratégia ou suspensão temporária de determinadas ações, quando uma pessoa passa a ser o principal alvo de ataques, a coesão da coalizão se enfraquece, surgem ameaças jurídicas críveis ou o espaço cívico e político sofre restrições significativas.



EXEMPLO DE PAÍS

Mobilização rápida para contestar a retirada da Letônia da Convenção de Istambul

Em outubro de 2025, o Parlamento da Letônia votou pela retirada do país da **Convenção de Istambul**, apenas dois anos após sua ratificação. Organizações da sociedade civil que atuam na prevenção da violência e na defesa dos direitos das mulheres passaram imediatamente a enfrentar campanhas de desinformação e difamação, além de serem excluídas das reuniões das comissões parlamentares que discutiam o tema. O Centro Marta, organização não governamental da Letônia, organizou manifestações que reuniram cerca de 10 mil pessoas em Riga, além de protestos realizados em outras cidades da Europa, dos Estados Unidos e da Austrália. Paralelamente, cidadãos reuniram mais de 60 mil assinaturas em uma petição dirigida ao Presidente da República, tornando-a a maior petição da história da Letônia. A Equality Now e a **Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)** emitiram declarações públicas manifestando preocupação com a medida e prestaram solidariedade internacional às iniciativas conduzidas no país. Graças à forte mobilização da sociedade civil, o Parlamento decidiu não prosseguir com a retirada da Convenção. Em vez disso, a decisão foi adiada para apreciação pelo Parlamento seguinte. A incidência política conjunta contribuiu para que o Presidente vetasse a medida e a devolvesse ao Parlamento, suspendendo, na prática, o processo de retirada até após as eleições de 2026. Esse caso demonstra que uma resposta rápida e articulada, combinando mobilização comunitária, campanhas de coleta de assinaturas em larga escala e pressão internacional, pode retardar retrocessos mesmo quando o espaço político interno é objeto de intensa disputa.[13]

4. Monitoramento e documentação: passando de “nós vencemos” para “o que está mudando?”

O monitoramento e a documentação das ações de incidência política feminista podem ser desafiadores, especialmente quando essas ações não se traduzem em resultados concretos ou impactos imediatamente visíveis. A mudança costuma ser não linear, cumulativa e difícil de atribuir a uma única intervenção. Além disso, os processos de incidência política nem sempre têm um ponto de conclusão claramente definido. Documentar essas mudanças de forma sistemática pode ajudar a acompanhar sua evolução ao longo do tempo, identificar riscos e oportunidades emergentes, tornar visíveis formas de progresso menos perceptíveis e fortalecer os processos contínuos de aprendizagem e adaptação.

Ao monitorar suas ações de incidência política, pode ser útil considerar tanto o **monitoramento interno** quanto o **monitoramento externo**.

Uso de ferramentas digitais

Configurar alertas para projetos de lei, anúncios orçamentários ou comunicados oficiais de imprensa relevantes pode ajudar a automatizar parte das atividades de monitoramento.

Além disso, ao coletar ou armazenar dados, é necessário adotar medidas de proteção, especialmente quando se trata de informações sobre sobreviventes. O monitoramento digital deve contribuir para aumentar a segurança, e não criar novos riscos.

ESTRATÉGIA

Quais táticas estão gerando avanços concretos?

Quais atividades estão consumindo mais tempo e energia, mas produzindo pouco impacto visível?

Nosso mapeamento de poder precisa ser atualizado?

As pessoas responsáveis pela tomada de decisões que buscamos influenciar mudaram?

Monitoramento interno: o que está funcionando para nós?

No monitoramento interno, o foco está na aprendizagem organizacional e na sustentabilidade da atuação, e não nas exigências de prestação de contas aos doadores. Considere:

ALINHAMENTO COM AS SOBREVIVENTES

As sobreviventes estão participando de forma significativa?

Estamos priorizando a segurança, a proteção e o consentimento das sobreviventes?

CAPACIDADE ORGANIZACIONAL

Nossa capacidade mudou (em termos de tempo, competências ou recursos)?

A carga de trabalho está distribuída de forma equilibrada?

Estamos assumindo responsabilidades além da nossa capacidade?

BEM-ESTAR E SEGURANÇA

As reações adversas afetaram o bem-estar da equipe?

Algumas pessoas estão sendo alvo de ataques de forma desproporcional?

As medidas de segurança digital atualmente adotadas estão funcionando?

Com base nessa avaliação, pode ser necessário revisar os objetivos, abandonar atividades que não estejam produzindo resultados, redistribuir responsabilidades ou adotar medidas para enfrentar a queda no moral da equipe.

Monitoramento externo: o que está mudando ao nosso redor?

No monitoramento externo, o foco recai sobre as mudanças institucionais e aquelas relacionadas aos movimentos sociais no contexto mais amplo. Considere:

FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO E DAS COALIZÕES

Sua coalizão cresceu?

Vocês estão articulando ações com atores de outros movimentos sociais?

As pessoas ativistas se sentem apoiadas?

O espaço cívico está se ampliando ou se restringindo?

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS

Órgãos governamentais, como tribunais ou forças policiais, estão buscando a contribuição da sua organização?

Suas recomendações estão sendo incorporadas aos projetos de normas ou às políticas públicas?

Houve aumento do financiamento?

Houve mudanças nos procedimentos judiciais?

Os serviços foram ampliados para atender às sobreviventes com deficiência?

Houve redução no tempo de tramitação dos processos?

Houve aumento na concessão de medidas protetivas?

MUDANÇAS NAS NARRATIVAS E NAS NORMAS CULTURAIS

As pessoas responsáveis pela formulação de políticas públicas estão adotando a linguagem utilizada pela sua organização?

A cobertura da mídia mudou de tom?

A violência contra as mulheres e meninas (EVAWG) está sendo apresentada como um problema estrutural, em vez de uma questão individual?

As narrativas antidireitos estão se intensificando?

EXEMPLO DE PAÍS

O monitoramento como estratégia de sobrevivência na Hungria[14]

Desde 2010, o governo de Viktor Orbán impediu que organizações feministas contribuíssem para a formulação de políticas públicas voltadas à eliminação da violência contra as mulheres (VCM), retirando seu financiamento, substituindo-as por organizações vinculadas à Igreja e encerrando os processos formais de consulta que mantinham regularmente com o governo. Como consequência, a Nők a Nőkért Együtt az Erőszak Ellen (NANE) — organização húngara que atua pela eliminação da violência contra as mulheres desde 1994 — perdeu o acesso ao financiamento público e aos espaços institucionais de diálogo, passando a operar exclusivamente com doações individuais e financiamento internacional. Com os canais nacionais de participação fechados, a NANE passou a utilizar três mecanismos independentes de monitoramento:

Uma linha telefônica gratuita, operada por voluntárias, tornou-se uma fonte independente de informações sobre as experiências das sobreviventes, diante da ausência de mecanismos oficiais de acompanhamento.

Em parceria com a PATENT — organização húngara de assistência jurídica —, a NANE passou a monitorar a atuação das instituições, incluindo a forma como a polícia aplica as medidas protetivas, como os tribunais avaliam o padrão probatório nas audiências e em que medida a atuação institucional diverge das obrigações previstas em lei.

A **NANE e a PATENT** passaram a apresentar conjuntamente relatórios-sombra ao Comitê da CEDAW e ao mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU), utilizando as evidências produzidas pelo monitoramento para promover incidência junto aos mecanismos internacionais de prestação de contas, diante da perda de acesso aos espaços nacionais de consulta.

Dessa forma, diante da retirada do Estado dos espaços de diálogo e participação, a organização redefiniu sua estratégia de prestação de contas, redirecionando os resultados do monitoramento para os canais de responsabilização que permaneceram acessíveis.

5. Pensando no longo prazo: persistência, estratégia e uma justiça centrada nas sobreviventes

A incidência política estratégica voltada à reforma do sistema de justiça exige uma análise política consistente, planejamento cuidadoso dos riscos e da segurança coletiva, estratégias narrativas proativas, definição de objetivos realistas e monitoramento contínuo, aliado à prestação de contas centrada nas sobreviventes. Embora a transformação estrutural seja um processo lento e permeado por disputas, mesmo avanços graduais — como o aumento de recursos orçamentários, reformas de procedimentos ou o fortalecimento de medidas de proteção — podem melhorar de forma significativa o acesso das sobreviventes à justiça e aos serviços de apoio.

Agradecimentos

Este artigo foi escrito por Leah Goldmann, revisado por Joy Watson e membros da equipe EVAW da ONU Mulheres, com design de Léa Drougard e ilustrações de Sarah Imran. Agradecimentos especiais às organizações de direitos das mulheres que participaram da Série de Aprendizagem e Diálogo da COFEM, que serviu de base para este artigo, bem como à ONU Mulheres e à União Europeia pelo financiamento da Iniciativa ACT.

Citação sugerida

Ficha temática 2: Promover a incidência política estratégica sobre o acesso à justiça em contextos restritivos. Guia de bolso (2026)

REFERÊNCIAS

[1] Do inglês, Ending violence against women and girls.

[2] UN-Women. (2026). Tracking countries' efforts to strengthen access to justice to prevent and respond to violence against women and girls. New York. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2026-03/tracking-countries-efforts-to-strenghten-access-to-justice-for-cases-of-violence-against-women-and-girls-en.pdf Acesso em: jul. 2026.

[2] Ibid

[3] Ibid

[4] Posetti, J., Hellmueller, L., Williams, K., Renaud, P., Aboulez, N. e Shabbir, N. (2025). Tipping point: the chilling escalation of online violence against women in the public sphere. ONU Women, New York.

[5] Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW). Relatório do Secretário-Geral sobre garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas, inclusive por meio da promoção de sistemas jurídicos inclusivos e equitativos, da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e do enfrentamento das barreiras estruturais (9 a 19 de março de 2026). Documento das Nações Unidas E/CN.6/2026/3, p. 12.

[6] Solano Gutiérez, C. & Márquez Ramírez, L. (2024) Feminist organisation as agents of norm change: advancing justice for victim-survivors of gender-based violence in Colombia. ALIGN report. London: ODI/ALIGN.

[7] Observe que uma classificação "alta" em todas as categorias é a mais favorável para a adoção da estratégia de incidência política escolhida, com exceção do risco, que idealmente deveria estar mais próximo de "baixo".

[8] FrameWorks (2017). Six Common Framing Habits We Should All Seek to Break. FrameWorks Institute, June 1. Disponível em. https://www.frameworksinstitute.org/articles/six-common-framing-habits-we-should-all-seek-to-break/. Acesso em: jul. 2026.

[9] Para saber mais, consulte a ficha técnica do Guia de Bolso Feminista da COFEM sobre reações adversas (backlash), disponível em: https://cofemsocialchange.org/wp-content/uploads/2018/11/TS9-Backlash-What-is-it-and-how-do-we-address-it-safely.pdf

[10] UNRISD & UN-Women. (2025) Understanding Backlash Against Gender Equality: Evidence, Trends and Policy Responses. Geneva: UNRISD; UN-Women. (2026). Tracking countries' efforts to strengthen access to justice to prevent and respond to violence against women and girls. New York; Zulver, J. & Breimann, L. (2025). Assessment of the impact of funding cuts on women's rights (WROs) and civil society organizations (CSOs) working on ending violence against women and girls. UN-Women.

[11] Zulver, J. & Breimann, L. (2025). Assessment of the impact of funding cuts on women's rights (WROs) and civil society organizations (CSOs) working on ending violence against women and girls. UN-Women.

[12] Consulte também o kit de ferramentas da COFEM Nourishing Feminist Souls (Nutrir as almas feministas): https://cofemsocialchange.org/wp-content/uploads/2024/02/COFEM_Feminist-Joy-Toolkit.pdf

[13] Latvia: Protests for the near Withdrawal from the Istanbul Convention. Civic Space Watch — Civil Dialogue. 4 dez. 2025. Disponível em:https://civicspacewatch.eu/alert/latvia-protests-for-the-near-withdrawal-from-the-istanbul-convention/;What's Happening in Latvia with the Istanbul Convention? Equality Now. 21 nov. 2025. Disponível em: https://equalitynow.org/news/news-and-insights/whats-happening-in-latvia-with-the-istanbul-convention/; Acesso em: jul. 2026; Blackburn, G. Mass Protest against Latvia's Potential Exit from Istanbul Convention. Euronews. 11 jun. 2025. Disponível em: https://www.euronews.com/2025/11/06/thousands-protest-against-latvias-potential-withdrawal-from-istanbul-convention; Acesso em: jul. 2026; LETA. "Power Belongs to the People" – Record-Breaking Wave of Signatures in Latvia on the Istanbul Convention. Baltic News Network. 3 nov. 2025. Disponível em: https://bnn-news.com/power-belongs-to-the-people-record-breaking-wave-of-signatures-in-latvia-on-the-istanbul-convention-273775. Acesso em: jul. 2026.

[14] Fábián, K. (2025). Gender-Based Violence in Contemporary Hungary: Progress in Recognition and Backlash in Policies. Social Politics: International Studies in Gender, State & Society, 32(1), 198-222; Gall, L. (2013). Unless Blood Flows. Human Rights Watch. 6 nov. 2013. Disponível em:

https://www.hrw.org/report/2013/11/06/unless-blood-flows/lack-protection-domestic-violence-hungary; The Advocates for Human Rights, NANE Women's Rights Association & PATENT Association for Civil Rights (2018). Violence Against Women in Hungary: A Shadow Report. Submitted to the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women. Disponível em:

https://www.theadvocatesforhumanrights.org/Res/hungary_-_shadow_report_-_final_citations_checked.pdf; Acesso em: jul. 2026; NANE Helpline — NANE. 2026. Disponível em:. https://nane.hu/our-association/nane-helpline/?lang=en. Acesso em: jul. 2026.